



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT - 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIAÇÃO CULTURAL NOS ARQUIVOS: APROXIMAÇÃO COM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

CULTURAL MEDIATION IN ARCHIVES: APPROACHING HERITAGE EDUCATION

Bruna Gomes Borges Barcellos – Universidade Federal Fluminense

Elisabete Gonçalves de Souza – Universidade Federal Fluminense

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Investiga o lugar dos arquivos no contexto da difusão do conhecimento e da informação. Parte do pressuposto que as atividades culturais e educativas desenvolvidas nessas instituições cumprem a função de transformá-las num bem social para toda a sociedade. Objetiva mapear ações educativas realizadas por algumas instituições arquivísticas públicas, localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Os procedimentos metodológicos envolvem revisão de literatura da área sobre os principais temas: arquivos, educação patrimonial, difusão cultural, relacionando-os com as categorias informação e cidadania; cultura e memória.

Palavras-Chave: Difusão cultural; Arquivos; Informação; Mediação cultural; Educação Patrimonial.

Abstract: This study investigates the place of archives in the context of the diffusion of knowledge and information. It assumes that the cultural and educational activities developed in these institutions make these institutions socially recognized by society. The objective is to know the educational actions that are produced by public archive institutions located in the city of Rio de Janeiro. The methodological procedures involve literature review of the area on the main themes: archives, heritage education, cultural diffusion, relating them to the categories information and citizenship; culture and memory.

Keywords: Difusion cultural; Archives; Informacion; Cultural mediation; Heritage Educational.

1 INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa entendemos o Arquivo como instituição de informação, cultura e memória, cujo patrimônio documental é “[...] fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1996, p. 6); um recurso que deve ser mobilizado nas ações de educação patrimonial, atividade que também circunscreve o fazer arquivístico. Ainda segundo Horta, Grumberg e Monteiro (1996, p. 6), entende-se educação patrimonial como processo no qual educa-se o cidadão por meio do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, “[...] em todos os múltiplos aspectos, sentidos e significados. [...] capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”.

A partir do entendimento da responsabilidade diante do acesso à informação, o estudo aborda a relação informação, cultura e memória na perspectiva da educação patrimonial, tendo como objeto a difusão cultural em Arquivos. Procura-se explorar o conceito de educação patrimonial aproximando-o do conceito de difusão cultural em Arquivos, assim como mapear as ações culturais e educativas realizadas por algumas dessas instituições, especificamente no Arquivo Nacional e nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa, localizados na cidade do Rio de Janeiro. A proposta da pesquisa em curso é investigar o lugar dos Arquivos no contexto da difusão de conhecimento e informação de modo a aproximar o cidadão comum dos Arquivos.

De modo a demonstrar o “estado da arte” da temática no campo da Arquivologia brasileira foi feito um levantamento em bases de dados da área de Ciência da Informação. Contudo, mapear os resultados das pesquisas disseminadas em diferentes fontes de comunicação científica, dentre os quais se destacam as teses e dissertações, os artigos de periódicos e os livros publicados com a temática difusão cultural nos Arquivos, requer um levantamento exaustivo e detalhado, por isso, selecionamos dois portais de pesquisa: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci).

Os procedimentos metodológicos envolveram: revisão de literatura da área sobre os principais temas: arquivos e educação, educação patrimonial, difusão cultural, relacionando-os com as categorias informação e cidadania; cultura e memória.

O estudo nessa fase teve como objetivo construir um panorama sobre o conhecimento dos temas fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho, e também entender, de forma exploratória, o lugar que esse debate ocupa na literatura arquivística nacional. Nesse momento objetivou-se estudar conceitos de difusão cultural, educação patrimonial e mediação cultural no âmbito dos Arquivos.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS

A Educação e o Arquivo estão se ressignificando diante das transformações que vem se processando na sociedade contemporânea. Enquanto a Educação procura atender ao chamado da inclusão social, o Arquivo não se contenta em ser somente uma instituição burocrática e de pesquisa, e passa a desenvolver programas educativos para promover suas atividades/funções de modo a atrair um público diferente daquele que são seus tradicionais usuários.

Muitos dos arquivos no Brasil já procuraram desenvolver ações educativas a partir de estudo e conhecimento de seus usuários. De acordo com Sá (2005), os primeiros trabalhos sobre estudos de usuários na Arquivologia, datados de 1948, apresentavam uma abordagem tradicional sobre o tema, basicamente centrada no sistema. Só a partir da década de 1980, os estudos passaram a ter uma “abordagem emergente”, tendo como foco o usuário e não o sistema. De acordo com Jardim e Fonseca (2000), essa “nova abordagem” buscava avaliar não só o uso das informações como também enfatizava “[...] a importância de se conhecer que informações devem ser disponibilizadas [...] identificar o uso, mas também antes de tudo, identificar as necessidades de informação do usuário” (JARDIM; FONSECA, 2000, p. 3).

Menezes (2012) destaca a necessidade de os profissionais da informação promoverem os produtos e serviços oferecidos pelos Arquivos, trazendo mais usuários à instituição, fidelizando-os e desconstruindo a concepção de que o Arquivo é algo destinado a uma minoria de cidadãos. Outro recurso, segundo Menezes, é levar os acervos até os usuários com a aplicação de tecnologias da informação, digitalização dos conteúdos e realização de exposições itinerantes. No entanto, devemos nos atentar que somente a digitalização dos documentos e disponibilização das informações não garante a difusão adequada, baseada na necessidade de informação dos usuários.

Significa dizer que, no processo de mediação entre os usuários e os acervos, com vista a dar maior visibilidade à instituição, a seus produtos e serviços, deve-se observar as

demandas de informação dos usuários, considerando como arcabouço teórico o quadro social, as questões que tencionam a sociedade, as que foram silenciadas pela história oficial, e que precisam ser discutidas. Nessa perspectiva, os estudos sobre a relação entre memória e documentos são fundamentais para se pensar nos programas de educação patrimonial.

Segundo Almeida Júnior (2009, p. 92) a mediação da informação é um processo que vai da comunicação, via documento, até a transformação do conhecimento de uma pessoa. Assim, o autor define o conceito de mediação da informação:

[...] toda ação de interferência - realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Conforme o autor, uma característica marcante da mediação é a interferência. Almeida Júnior (2009, p. 93) se opõe ao “[...] conceito hegemônico de imparcialidade e neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho [...]”. Para ele, o profissional da informação, seja ele arquivista, bibliotecário ou museólogo interfere no tratamento da informação, bem como no atendimento do usuário. Consoante à Jardim (1995), ressalta que não somos profissionais neutros, e que na aplicação de nossos conhecimentos técnicos “[...] valores e preceitos não são apagados na relação do tratamento da informação” (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 165).

Dessa maneira, a mediação da informação perpassa todos os serviços relacionados à organização documental arquivística, tais como: identificação, classificação, ordenação e descrição documental. O processamento técnico do acervo realizado pelos arquivistas não visa diretamente o usuário, embora haja a preocupação com ele. O produto dessa mediação são os instrumentos de pesquisa (catálogo, guias, etc.). Almeida Júnior (2009) caracteriza esse tipo de mediação como implícita¹, pois não existe a necessidade da presença física do usuário para realizá-la. Por sua vez, na mediação explícita, é imprescindível a presença do usuário, segundo o autor, “[...] ela é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é

¹ Segundo Almeida Júnior (2009, p. 34), a mediação perpassa todos os serviços relacionados às práticas dos profissionais da informação. No entanto, em algumas dessas ações, a mediação se apresenta de maneira implícita, por meio da elaboração e disponibilização de instrumentos de pesquisa.

solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

A relação direta dos arquivistas com os usuários os coloca como mediadores explícitos da informação. Nesse viés, na mediação da informação explícita destacam-se os serviços de referência e todas as atividades de difusão cultural envolvendo os acervos.

Os programas educativos e culturais são uma ampliação do serviço de referência. Mostram-nos que o público dos Arquivos vai além dos que vêm ao seu recinto para pesquisar, sobretudo os historiadores, e envolvem toda a comunidade, mesmo aqueles que nem sequer sabem a função desta instituição.

Cabe ressaltar, que os objetivos básicos de um Arquivo público é servir à administração, à cidadania e à historiografia. Entretanto, para além disso, a sociedade faz dos Arquivos públicos usos multifacetados, utilizando os seus documentos como registros fidedignos, necessários à vida civil, pessoal e profissional de seus integrantes, assim como permite melhor compreender a identidade cultural de sua comunidade e o desenvolvimento da sua história e das relações entre o cidadão e o Estado. Estas relações são permeadas pela questão dos direitos e dos deveres de um para com o outro, relações que, na história, tiveram diferentes graus e matizes (BELLOTTO, 2014, p. 133).

No campo das questões culturais, é fato que as instituições arquivísticas possuem um número incalculável de documentos de todos os tipos e de todas as épocas, que se constituem em riquíssimas fontes para a pesquisa e para os estudos educativos. As ações educativas (exposições, espetáculos teatrais, oficinas, concursos, etc.) desenvolvidas nos Arquivos podem ser utilizadas para promover o acesso aos seus patrimônios documentais, provocando questionamentos e reflexões e estimulando o conhecimento e uso dos documentos.

Tais considerações possibilitam a defesa de que os Arquivos, entre outras funções, produzem conhecimento. Essa afirmação é decisiva, visto que se observa uma nova postura dessa instituição. O Arquivo “[...] não é apenas o braço da administração e guardador de memória, é também produtor e disseminador de conhecimento” (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 166).

A própria etapa de organização documental é por si só uma mediação, pois utiliza técnicas, sistemas e ferramentas próprias da área da Arquivologia. Portanto, posterior ao tratamento documental, o enfoque na mediação coloca para o arquivista o desafio de

organizar com foco na produção do conhecimento. Significa dizer que mais do que organizar para testemunhar, os Arquivos possibilitam, através da mediação, um percurso que pode resultar em conhecimento. Pensar a mediação da informação na Arquivologia implica pensar em reformulações teórico-metodológicas em novos posicionamentos profissionais e em situar a área frente às expectativas assinaladas pela era pós-custodial (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 165). Conforme Ribeiro (2005), o paradigma pós-custodial aproxima “documento” e “informação” dando ênfase não só ao tratamento técnico, mas também aos processos de mediação e difusão, especificamente às metodologias que aproximem as informações, armazenadas nos conjuntos documentais de domínio público, de seus usuários, os cidadãos. A ênfase dada à mediação, enquanto ação educativa e cultural, cujo objeto é a difusão do patrimônio documental sob a custódia dos arquivos, estende o contexto de uso dos documentos, antes restrito aos usuários dos arquivos, a toda sociedade.

Neste sentido, essa pesquisa ao buscar estudar a função social dos arquivos enquanto patrimônio cultural, visando investigar o quanto estes podem contribuir com práticas educativas que aproximem os cidadãos às instituições; aponta para o fortalecimento de sua função difusora e destaca o papel do arquivista enquanto mediador.

3 ARQUIVO E DIFUSÃO CULTURAL

As atividades culturais e educativas desenvolvidas nos Arquivos são as que melhor cumprem a função de transformá-los num bem social, popular e da comunidade. Seus acervos guardam a história das localidades onde estão inseridos, por isso podem ser utilizados efetivamente como fontes de conhecimento, não apenas para os pesquisadores e historiadores, mas de forma mais democrática, para os cidadãos comuns. Em última instância, todo Arquivo é uma fonte educativa, mas para que esta mesma fonte seja aproveitada por todos é necessário que as instituições possuam e pensem em programas específicos para atender a um público – também específico – com necessidades diferentes daquelas inerentes aos pesquisadores e historiadores (BELLOTTO, 2004).

Bellotto (2004) chama-nos a atenção para o usuário dos arquivos. Questão também compartilhada por Tálamo (1996, p. 12) que coloca que “[...] a informação é inseparável do sujeito, tanto daquele que a gera, como daquele que a transforma e a trata, como daquele que a recebe e a aplica, transformando-a ou não em outros conteúdos”. As instituições arquivísticas têm como objetivo o acesso às informações contidas nos documentos, e para

tal é imprescindível que os serviços arquivísticos invistam em atividades de difusão de seus acervos. Nessa direção, busca-se por meio desta pesquisa contribuir para a disseminação e a promoção de debates no âmbito dos arquivos e do acesso à informação, tendo como questão motivadora a popularização dessas instituições com vistas a oferecer à população um espaço de convivência e uma fonte de cultura e saber.

Outro aspecto sinalizado é a sistematização das atividades, pois a educação é um processo contínuo e no campo da cultura, com vista à difusão do patrimônio documental, não ocorre de forma diferente. Por isso, ao se pensar a função social dos arquivos destaca-se os processos de mediação explícita, que prima pelo contato direto com os usuários por meio de atividades culturais. Espera-se que sejam realizados não apenas eventos esporádicos, mas implementado “[...] um programa sistemático visando aproximar o público em geral, com o intuito de dar acesso à informação e incentivar a criação de conhecimentos” (CABRAL, 2012, p. 35). Trata-se de opinião semelhante à de Bellotto (2004) ao refletir sobre a função educativa nos arquivos públicos junto às escolas. De acordo com a autora falta “[...] a integração da função didática com a função arquivística” (BELLOTTO, 2004, p. 232), de modo que a atividade educativa arquivística possa se tornar um elemento curricular constante nas áreas de ensino de história e ciências sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Documentos de arquivos são reconhecidos como importantes instrumentos para exercícios de direitos, uma vez que o direito à informação, em especial a oficial ou governamental, constitui uma vertente dos direitos de cidadania, através da participação popular nos assuntos de governo. No entanto, a valorização desses documentos se dá também em outra área da atividade humana, que é a cultura. Aproximação indissociável entre os documentos de arquivos e o direito à cultura, ao lado dos direitos civis e políticos, projetam-se e definem-se como direitos subjetivos.

Se considerarmos a relevância e a função social do trabalho com o patrimônio, em especial o documental, podemos dizer que urge um repensar acerca da elaboração de atividades direcionadas que considerem a educação patrimonial indispensável no processo formativo ao longo da vida, principalmente nos Arquivos. Sendo assim, as problemáticas trabalhadas no âmbito da pesquisa, adquirem espaço privilegiado para a agenda da área.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

A utilização dos patrimônios documentais, seja na escola, nos arquivos permanentes, em atividades para a população, pode – e deve – promover um processo ativo de construção do conhecimento. Admitindo-se que os seus acervos (patrimônios) são fontes primárias de conhecimento, sua apropriação se revela como uma ferramenta identitária e modificadora da realidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./jun. 2012. p. 35-44.
- FERREIRA, Letícia Elaine; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 158-167, jan./mar. 2013.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out. 2000.
- MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez. 2012. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164/4790>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- RIBEIRO, Fernanda. **Os arquivos na era pós-custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. Porto, PT: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.
- SÁ, Ivone Pereira. **A face oculta da interface**: serviços de informação arquivística na Web centrados no usuário. 2005. Dissertação (Mestrado) - Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
- TÁLAMO, Maria de Fátima. Informação: organização e comunicação. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO, 1, 1996. **Anais [...]** Niterói: Eduff, 1996.